

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	31
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	40
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	43
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	48

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos ligados à restrição a crédito e aumento no custo de captação

A Celesc, enquanto Empresa de economia mista (controle estatal), encontra dificuldades de obtenção de crédito junto aos bancos oficiais, em especial o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio Econômico. Este fator decorre das limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ao Setor Público Estadual. A Resolução BACEN nº 2.827 de 30/03/2001 consolidou e redefiniu as regras para o Contingenciamento de Crédito ao Setor Público para captação de recursos junto ao BNDES, o qual veda a contratação de operações de crédito que tenham como beneficiários diretos ou indiretos os Estados controladores do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e entidades integrantes das suas administrações direta, indireta e fundacional.

Esse fato aliado a evidente desaceleração da economia, aumento da taxa de câmbio e taxa de juros e um possível cenário de racionamento energético, projeta a empresa para um cenário restrito de crédito.

Risco do fluxo de caixa/ liquidez

A característica operacional específica de uma concessionária de distribuição de energia elétrica poderá resultar em flutuações negativas de caixa. Assim como uma redução do consumo de energia ou uma elevação da inadimplência poderão também significar redução da liquidez. Além disso, a oferta de crédito e custos por parte do mercado financeiro também poderão provocar dificuldades.

Do ponto de vista da atividade de geração de energia elétrica, no que se refere às parcelas descontratadas de energia produzida, terão as vendas condicionadas aos preços do mercado livre, o que também poderá se refletir em flutuações negativas de caixa. Em ambos os negócios a remediação poderá ocorrer através de ajustes no programa de investimentos.

A companhia definiu em 2013 um valor de caixa mínimo de segurança. Quando o caixa real ou o projetado se aproxima deste valor, a empresa deve buscar soluções.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo Departamento de Controladoria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O caixa disponível gerado na operação, líquido das obrigações, é administrado pela Tesouraria em operações com remuneração de mercado e vencimentos apropriados ou liquidez correspondentes às necessidades futura projetadas. Entretanto, o atual momento do Setor, com variações expressivas nos preços de mercado da Energia de Curto Prazo, poderão gerar descompasso de liquidez momentânea, que são administrados através de recursos do próprio Setor ou captações de curto-prazo.

A tabela abaixo compõe a Nota Explicativa 4.4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresenta os passivos financeiros do Grupo Celesc, por faixa de vencimento, registrados em 31 de dezembro de 2014 e referem-se aos fluxos de caixa contratados não descontados:

Valores em R\$ mil			Consolidado
Descrição	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos – Saldo Balanço	330.281	260.925	17.731
Debêntures - Saldo Balanço	4.120	406.345	-
Fornecedores	689.343	-	-

Uma análise detalhada sobre as condições e os indicadores de liquidez do Grupo Celesc está apresentada no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Existe risco de liquidez oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. Considerando o endividamento líquido da Empresa, a administração considera que as flutuações de taxas de juros não comprometem o caixa das Empresas de maneira relevante. O quadro demonstrativo apresentado a seguir é parte da análise de sensibilidade adicional requerida nos termos da Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, e descreve os riscos associados à variação da taxa de juros, com cenário mais provável (cenário I) e, adicionalmente, dois outros cenários, a fim de apresentar 25% e 50% de elevação na variável de risco considerada (representada pelo CDI),

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

respectivamente (cenários II e III). A análise apresentada considera constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2014:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			12,76	15,95	19,14
	Aplicações Financeiras	395.055	50.409	63.011	75.614
	Empréstimos	(375.932)	(47.969)	(59.961)	(71.953)
	Debêntures	(302.888)	(38.649)	(48.311)	(57.973)
SELIC	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	450.566	57.537	71.865	86.238

Riscos relacionados à variação cambial

A Celesc e suas subsidiárias não possuem empréstimos ou financiamentos em moedas estrangeiras. Porém, a Companhia está exposta ao risco de variações na taxa de câmbio decorrentes das operações na Celesc Distribuição, onde parcela significativa da energia comprada para revenda é oriunda de Itaipu e, portanto, cotada parcialmente em dólar. A depreciação do Real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade de Itaipu, uma das principais fornecedoras da distribuidora.

Apesar da relevância dos valores envolvidos, os riscos têm caráter exclusivamente financeiro (impacto momentâneo no caixa) não implicando em impacto econômico. Essa característica deve-se às particularidades do setor elétrico, mais especificamente, aos mecanismos de reajuste tarifário que as distribuidoras estão sujeitas, os quais consideram tais variações cambiais no custo da energia, permitindo que a concessionária recupere os valores desembolsados a cada reajuste tarifário.

Perdas possíveis, não provisionadas

A Celesc Distribuição responde judicialmente perante as esferas Cíveis, Trabalhistas, Ambientais e Tributárias, nas quais há risco de perda classificado como possíveis pela Administração através de sua área Jurídica com respaldo de normativa interna de Provisionamento Contábil, não havendo provisão constituída devido à fase processual em que se encontram os referidos processos. Somente com o andamento do processo e diante da condenação de primeiro grau que é feita a análise e o provisionamento dos itens necessários.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M15 com vencimento em 01/06/2015 – (fechamento 05/03/2015)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos.

A empresa está se posicionando no sentido de estabelecer novos procedimentos, inclusive com apoio de consultorias especializadas, preventivos, de controles internos, nos moldes da Lei Sabarnes Oxley e Resolução CVM 480/09. Além disso, estabeleceu seu mapa estratégico de Riscos com ondas de prioridades, que, neste momento, encontra-se, em desenvolvimento.

Destaca-se ainda, que o Planejamento Estratégico prevê a Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, visando à identificação, monitoramento e mitigação dos riscos da Companhia e do processo de Controles Internos, que tem o objetivo de garantir a eficácia e maximizar a eficiência dos processos.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a *Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos*, aplicável à Celesc e suas subsidiárias integrais. A referida política, ao estabelecer os princípios e as diretrizes que devem ser observados pela alta administração, gerências e demais empregados na condução dos negócios da Companhia irá melhorar todos os aspectos relacionados à gestão de riscos.

a) Riscos para os quais se busca proteção

O gerenciamento de riscos na Companhia segue as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto Social e Regimentos Internos, que determinam a existência e competência das auditorias interna e externa, as atribuições dos administradores, as responsabilidades dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e a adesão ao *Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2* da BM&FBOVESPA. Porém, a Celesc não busca proteção para riscos de mercado.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não possui estratégia de proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a Celesc conta com seguros nas estruturas de subestações e do prédio da Administração Central.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc., a exceção de seguros patrimoniais pontuais.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Como a Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc., não há parâmetros para descrever.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações cambiais.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Celesc possui uma estrutura organizacional implementada conforme descrito abaixo:

O Conselho de Administração como órgão máximo na estrutura organizacional da companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica a aprovação de apetite ao risco e também acompanhar e avaliar os riscos da empresa.

Como órgão de Assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de gestão de riscos, há o Comitê Jurídico e de Auditoria, cujas responsabilidades principais são: avaliar a eficácia dos mecanismos do processo de gestão estratégica de riscos e relatar ao Conselho de Administração os resultados do acompanhamento dos riscos.

Em julho/2013 foi criado o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. Este comitê tem como atribuição principal o acompanhamento mensal do processo de gestão de riscos e controles internos e reporte trimestral para o Conselho de Administração, através do Comitê Jurídico e de Auditoria.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, é a Diretoria Executiva que tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e desenvolvimento de planos de ação que a empresa está exposta, além de disseminação da cultura.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Celesc conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno que tem em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

Esta Diretoria é composta de dois departamentos, sendo um deles o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno - DPGR, que tem como responsabilidade coordenar e promover, de forma integrada, o monitoramento e a articulação da gestão de riscos, desenvolvida nas áreas corporativas e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional. Neste Departamento, há uma Divisão, denominada Divisão de Gestão de Riscos, com suas atividades exclusivamente direcionadas para o processo de gestão de riscos, como o nome sugere.

Há também a Auditoria Interna, que está subordinado a Presidência da Celesc, e tem como principais atividades no processo de gestão de riscos verificar os dados reportados pelo DPGR através de testes amostrais e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional os resultados encontrados.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adequada

A Celesc possui estrutura organizacional implementada e adequada conforme descrito acima (letra f). O monitoramento dos planos de ação para correção das não conformidades apontadas pela carta da Auditoria Externa passou a integrar as atividades da Auditoria Interna.

Porém, a companhia está redirecionando o foco da atuação para implementação de controles internos para efetividade da política, com caráter preventivo, se antecipando aos controles de auditorias interna e externa e para isso esta contratando consultoria especializada para auxílio na revisão da metodologia. A previsão é que ainda em 2015, a Celesc conte com controles internos preventivos em seus principais processos.

Em abril de 2015, a Diretoria Colegiada aprovou a *Política Anticorrupção* da Celesc, em cumprimento à Lei 12.846 sancionada em agosto de 2013 e ao Decreto nº 8.420, de março de 2015, que regulamenta a referida Lei. Esta Política criada pela Celesc aplica-se a todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos envolvidas com as operações da Celesc. Ela estabelece as diretrizes e as implicações em casos de violações e as sanções aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia informa que não houve, ao longo do exercício social de 2014, nenhum fato ou evento que alterasse de forma relevante sua exposição aos riscos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência. Houve somente exposição energética em função de dois fatores principais: (i) impactos regulatórios a partir das medidas adotadas pelo governo federal ainda em 2013 para renovação das concessões (MP 579/12 convertida em Lei 12783/13); e, (ii) os custos extraordinários com compra de energia elétrica para revenda seja por questões relacionadas à falta de chuvas e baixo níveis de reservatórios, além de exposição involuntária e despacho de energia térmica que aconteceu em 2013 e se repetiu em 2014, o que fez com que as distribuidoras de Energia Elétrica encontrassem dificuldades para equilibrar o seu fluxo de caixa nos últimos dois anos, até que o desequilíbrio fosse recomposto por reajustes tarifários, como de fato ocorreu.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia julga não haver outras informações relativas aos riscos de mercado que está exposta que sejam relevantes para a tomada de decisão dos investidores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética, produzindo retornos satisfatórios aos investidores e auxiliando a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

A Companhia apresentou, em 2014, resultado positivo de R\$ 513,05 milhões, demonstrando plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos. A Receita Operacional Líquida (ROL) encerrou ano com R\$ 6,24 bilhões, 28,13% superior á 2013, que foi de R\$ 4,87 bilhões, e 41,81% em relação a 2012, o qual foi de 4,4 bilhões. O crescimento da Receita Operacional Líquida (ROL) se deve aos seguintes motivos: A Venda de energia no mercado de Curto Prazo vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição, Subvenção da CDE, reajustes tarifários concedidos pela Celesc Distribuição em 2013 e 2014, com percentuais de impacto médio de 13,73% e 22,62% respectivamente e também pelo reconhecimento do Ativo/ Passivo Regulatório no resultado do IFRS. O EBITDA foi de R\$ 1003,21 milhões, resultado 184,0% superior ao atingido em 2013, que foi de R\$ 353,3 milhões, e 428,23% em comparação 2012, que foi de R\$ 336 milhões negativos. O Lucro Líquido foi de R\$ 513,05 milhões, resultado 158,0% superior ao ano de 2013, na qual obteve lucro de R\$ 198,9 milhões, e 298% superior à 2012, o qual registrou prejuízo de R\$ 255,7 milhões. O aumento do Lucro Líquido e do EBITDA em 2014 seguem o crescimento da Receita Operacional Líquida (ROL).

Na Celesc Distribuição, em 2014, a Receita Operacional Líquida (ROL) atingiu R\$ 6,09 bilhões de realização, crescimento de 27,5% em comparação a 2013 e 40,2% em relação a 2012. As Despesas Operacionais atingiram R\$ 1,13 bilhões e o Custo com Energia Elétrica R\$ 4,31 bilhões, sendo que juntas totalizaram R\$ 5,44 bilhões, representando 88% da Receita Operacional Líquida (ROL). O Resultado do Serviço (EBIT) foi de R\$ 642 milhões, aumento de 386,8% em relação ao ano anterior. Em dezembro 2014 foi reconhecido R\$ 564,4 milhões de Ativo/Passivo regulatório como receita. O EBITDA encerrou em R\$ 808,21 milhões positivos, elevação de 179,4% em comparação a 2013 e 425,06% a 2012. Com isso, a empresa encerrou o ano de 2014 com lucro de R\$ 383,61 milhões, aumento de 157,8% em relação a 2013 e 388,4% em relação 2012.

Já na Celesc Geração, a Receita Operacional Líquida (ROL) alcançou R\$ 151,09 milhões de realização, acréscimo de 60,6% em relação a 2013 e 120,6% a 2012. As Despesas Operacionais somaram R\$ 16,34 milhões, redução de 77,2% na comparação com ano anterior, influenciado pela provisão líquida (Reversão da Provisão e Impairment Test) de R\$ 56,68 milhões positivo. Por sua vez, o EBITDA encerrou em R\$ 184,68 milhões, com margem de 122,20%. Com isso, a Celesc G encerrou com lucro de R\$ 101,6 milhões, representando valor superior em 489% ao lucro do ano anterior.

A elevação do lucro se deve em parte pelo aumento da Receita Operacional Líquida (incremento de 60,6%) e da Reversão das Provisões. O aumento da Receita Bruta se deve a expressiva alta do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e na quantidade de energia negociada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Reversão das Provisões se deve ao fato de que em 2013 foi realizada a provisão para perdas do ativo imobilizado, no valor de R\$ 24,6 Milhões. Já 2014, houve também o teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment Test), conforme determina o CPC 01 (R1), resultando na perda de R\$ 56,68 milhões, em função dos efeitos valorativos decorrentes da decisão da não antecipação da renovação da concessão das usinas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Muito embora a Celesc Distribuição represente 97,65% da Receita Operacional Líquida (ROL) do Consolidado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e novos negócios.

Em 2014, a Celesc Geração, gerou 62,490 MW médios de energia elétrica, totalizando produção líquida de 547,410 Gwh culminando no fator de capacidade de 58,5%. A quantidade de energia gerada no ano foi 12,51% maior do que em 2013, principalmente pela ampliação da PCH Pery, que entrou em operação no decorrer do ano de 2013, sendo que 2014 foi o primeiro ano de operação. A menor afluência das outras usinas contribuiu negativamente, destacando a PCH Salto que obteve um resultado bem inferior devido ao baixo desempenho no segundo semestre, período em que ficou indisponível por motivos de manutenção e melhoria.

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial do Grupo, em 2014, verifica-se aumento do Passivo Total (sem Patrimônio Líquido) de 9,67% em relação a 2013 e 15,20% em relação a 2012. O Passivo Circulante cresceu 18,21% em relação ao ano anterior, o que não compromete a liquidez, pois o Ativo Circulante cresceu 210,47%. Já o Passivo não Circulante elevou-se 3,29% e o Patrimônio Líquido expandiu 9,64%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

Descrição (em milhares de Reais)	2014	2013	2012*
Patrimônio Líquido (PL)	2.343.458	2.137.462	1.777.333
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.246.243	4.872.377	4.414.979
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	5.497.755	4.752.289	4.941.398
Lucro Operacional (LO)	787.005	145.027	(504.797)
Receita Financeira Líquida (RFL)	47.510	151.284	130.220
Lucro Líquido (LL)	513.055	198.874	(255.725)
Ativo Circulante (AC)	5.197.493	1.674.070	1.257.087
Passivo Circulante (PC)	1.763.222	1.491.660	1.286.463
Passivo Total (PT)	3.827.669	3.490.301	3.322.737
Ativo Total (AT)	6.171.127	5.627.763	4.665.693
Depreciação (D)	216.213	208.271	163.104
EBITDA (E)	1.103.218	353.298	(336.107)
Indicadores	2014	2013	2012*
LL / PL	21,89%	9,30%	-14,39%
LL / ROL	8,21%	4,08%	-5,79%
AC / PC	294,77%	112,23%	97,72 %
AT / PT	161,22%	161,24%	140,42%
PC / PT	46,07%	42,74%	38,72%
PL / PT	61,22%	61,24%	53,49%
LL / PT	13,40%	5,70%	-7,70%

Obs: * Ajustes pela CPCs 18,19 e 33

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rentabilidade sobre o patrimônio passou de 9,30% para 21,89% na comparação com 2013

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo, conservadores, além de Lucros Líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento, aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos Empréstimos Bancários e Finame.

A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados.

Descrição (em milhares de Reais)	2014				2013				2012			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
Patrimônio Líquido (PL)	2.343.458	2.343.458	1.651.364	351.534	2.137.462	2.137.462	1.538.756	275.639	1.777.333	1.777.333	1.219.509	247.966
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.246.243	-	6.097.117	151.090	4.872.377	-	4.780.203	94.074	4.414.979	-	4.348.617	68.493
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	5.497.755	29.082	5.454.294	16.343	4.752.289	34.360	4.648.154	71.678	4.941.398	27.097	4.745.287	171.145
Lucro Operacional (LO)	787.005	495.538	642.823	133.862	145.027	156.917	132.049	22.545	504.797	(208.793)	(396.670)	(102.731)
Receita Financeira Líquida (RFL)	47.510	17.517	19.372	10.621	151.284	65.821	83.275	2.189	130.220	(70.796)	200.327	689
Lucro Líquido (LL)	513.055	513.055	383.618	101.600	198.874	198.874	149.258	17.228	(255.725)	(255.725)	(133.018)	(70.379)
Ativo Circulante (AC)	5.390.933	150.488	5.007.858	157.067	1.674.070	81.961	1.572.563	62.997	1.312.037	41.732	1.257.087	14.521
Passivo Circulante (PC)	1.956.662	126.458	1.689.730	64.946	1.491.660	54.746	1.450.872	29.492	1.305.698	4.730	1.286.531	15.808
Passivo Total (PT)	4.021.109	134.348	3.725.779	351.334	3.490.301	62.636	3.564.110	89.937	3.565.923	12.661	3.509.778	44.855
Ativo Total (AT)	6.364.567	2.477.805	5.377.151	436.788	5.627.763	2.200.098	5.102.866	365.576	5.343.256	1.789.994	4.729.287	292.821
Depreciação (D)	216.213	5	165.387	50.821	208.271	1	157.269	51.002	158.294	-	152.038	6.256
EBITDA (E)	1.003.218	495.543	808.210	184.683	353.298	156.918	289.318	73.547	(346.506)	(208.793)	(244.632)	(96.475)

Indicadores	2014				2013				2012			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
LL / PL	21,89%	21,89%	23,23%	28,90%	9,30%	9,30%	9,70%	6,25%	-14,39%	-14,39%	-10,91%	-28,38%
LL / ROL	8,21%	-	6,29%	67,24%	4,08%	-	3,12%	18,31%	-5,79%	-	-3,06%	-102,75%
AC / PC	275,52%	119,02%	296,37%	296,37%	112,23%	149,71%	108,39%	213,60%	100,49%	882,28%	97,71%	91,86%
AT / PT	158,28%	1844,32%	144,32%	124,32%	161,24%	3512,51%	143,17%	406,48%	149,84%	14137,86%	134,75%	652,82%
PC / PT	48,66%	94,13%	45,35%	18,49%	42,74%	87,40%	40,71%	32,79%	36,62%	37,36%	36,66%	35,24%
PL / PT	58,28%	1744,32%	44,32%	100,06%	61,24%	3412,51%	43,17%	306,48%	49,84%	14037,86%	34,75%	552,82%
LL / PT	12,76%	381,89%	10,30%	28,92%	5,70%	317,51%	4,19%	19,16%	-7,17%	-2019,79%	-3,79%	-156,90%
Margem EBITDA	16,06%	-	13,26%	122,23%	7,25%	-	6,05%	78,18%	-7,85%	-	-5,63%	-140,85%

Obs: * Ajustes pela CPCs 18,19 e 33

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Grupo Celesc) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), o qual fechou o ano de 2014 em 10,18%, de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado, com a dívida líquida.

Alavancagem financeira e endividamento líquido (em Milhares de Reais)			
	2014	2013	2012
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	859.353	681.672	338.110
menos: caixa e equivalentes	449.789	664.506	172.740
(=) Dívida líquida	409.564	17.166	165.370
Total do Patrimônio Líquido	2.343.458	2.137.462	1.777.333
Total do Capital	2.753.022	2.154.628	1.942.703
<i>Índice de Alavancagem financeira (%)</i>	14,88%	0,80%	8,51%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

A quase totalidade dos compromissos financeiros da Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, apresentando seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2014 foi contratado pela Celesc Distribuição dois empréstimo na modalidade Capital de Giro, autorizado pelo Conselho de Administração da companhia, um em abril no valor de R\$ 90 milhões, com remuneração de 116% CDI e prazo de quitação de 24 meses, com carência de seis meses e outro em junho no valor de R\$ 300 milhões, com remuneração de 121,5% CDI e prazo de quitação 24 meses, com seis meses de carência. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Em função das dificuldades enfrentadas pelo Setor Elétrico, a empresa, como outras empresas do setor, recorreu ao Mercado Financeiro via captação de recursos para solucionar problemas de caixa. Os empréstimos foram tomados a taxas usuais de mercado conforme o cenário macroeconômico do momento.

Abaixo tabela com os empréstimos para capital de giro:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tipo de Empréstimo/Financiamento	Montante Contratado	Data da Contratação	Taxa de Juros	Selic %	CDI%
Capital de Giro IV	90.000.000	Abril 2014	116% CDI	11,00	10,77
Capital de Giro CEF	300.000.000	Junho 2014	121,5% CDI	11,00	10,80

Além do capital de giro, a empresa também capta recursos para insuficiência de caixa e investimentos via debênture, Finame e empréstimos via Eletrobrás.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso da Centrais Elétricas de Santa Catarina e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na impossibilidade de empréstimos do BNDES. Desse modo, as empresas controladas pelo Estado tendem a ser menos alavancadas que as empresas privadas.

Abaixo as principais fontes de captação utilizadas pela empresa:

Debêntures

Em maio de 2013 a Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez R\$ 300 milhões em debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O objetivo era captar recursos para reforço de caixa para capital de giro e investimentos. A debênture gerará para a empresa remuneração de 100% do CDI mais um spread de 1,3% ao ano, sendo paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Abaixo as características de Debêntures captadas pela empresa.

Autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de abril de 2013, a Celesc Distribuição em 15 de maio de 2013 realizou, junto ao Agente Fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e cuja fiadora é a Centrais Elétricas de Santa Catarina. O valor da emissão é de R\$300 milhões sendo emitidas 30 mil Debêntures com valor nominal de R\$10mil unitário. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB – Banco de Investimentos S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da oferta restrita. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros- DI acrescidos de uma sobretaxa de 1,30% a.a., a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência. O Valor Nominal Unitário será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da data de emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Finame e Eletrobrás**

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição se destinam aos programas de eletrificação rural e extensão de linhas de transmissão e subestações, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás, os juros incidentes são de 5% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

Também são mantidos contratos de financiamento com o BNDES na modalidade FINAME PSI com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos cujos juros variam entre 2,5% a.a. a 8,7% a.a.

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, 100% pertencem à Celesc Distribuição e referem-se principalmente a aumento do capital de giro e investimentos na rede de distribuição e subestações, já no caso do FINAME à compra de equipamentos.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

Empréstimos (Saldo) (em Milhares de Reais)						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2014	2013	2012	Garantia	2014-2013
Empréstimos Bancários	7,55% a.a. e 116% 121,5% do CDI	385.882	163.397	110.682	Subordinada	136,16%
Eletrobrás	5% a.a.	135.860	177.590	189.260	Subordinada	-23,50%
Finame	2,5 a 8,7 a.a.	34.722	37.650	38.168	Subordinada	-7,78%
Debêntures	DI + 1,3% a.a.	302.888	303.033	-	Fidejussória	-0,05%
Total de Empréstimos		859.353	681.672	338.110		26,07%
Circulante		326.706	204.317	81.064		59,90%
Não circulante		532.647	477.355	257.046		11,58%

Posição 31/12/2014

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Do ponto de vista das garantias, as dívidas da companhia são subordinadas ou fidejussória, sendo garantidas por recebíveis ou aval, respectivamente, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias integrais, estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que seja vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

necessária à autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Com a emissão das debêntures em 15 de maio de 2013, a política de dividendos da Celesc Distribuição torna-se restrita a um pay-out máximo de 30% até o fim do contrato.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme os diversos financiamentos e empréstimos contratados pela Companhia, referente à Finame e Empréstimos do Sistema Eletrobrás dos últimos três anos, constata-se que foram utilizados 48,66% no exercício de 2012, 6,98% em 2013 e 0,09% em 2014, restando um saldo de 44,26% a serem utilizado em anos posteriores, conforme demonstrado abaixo:

Operação/Data Contratação	Valor Total Financiado	Valor liberado até 31/12/2012	Valor liberado até 31/12/2013	Valor liberado até 31/12/2014	Saldo
40/00548 - 25/08/2010	R\$ 1.949.289,52	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 58.288,64
40/00620 - 29/03/2011	R\$ 8.384.040,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 634.760,00
40/00623 - 29/03/2011	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 0,00
40/00624 - 29/03/2011	R\$ 1.363.156,00	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 48.684,15
40/00625 - 29/03/2011	R\$ 2.353.891,60	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.232.990,85
40/00626 - 29/03/2011	R\$ 1.359.007,59	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ 64.714,65
40/00629 - 29/03/2011	R\$ 2.991.183,09	R\$ 2.884.335,12	R\$ 2.884.335,12	R\$ 2.884.335,12	R\$ 106.847,97
40/00630 - 29/03/2011	R\$ 5.398.800,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 473.360,00
40/00656 - 29/09/2011	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 0,00
40/00677 - 14/10/2011	R\$ 1.011.156,64	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ 0,06
40/00678 - 17/10/2011	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 0,00
40/00726 - 23/07/2012	R\$ 3.050.795,38	R\$ 2.299.089,60	R\$ 2.943.406,78	R\$ 3.050.793,00	R\$ 2,38
40/00727 - 23/07/2012	R\$ 906.588,82	R\$ 604.376,09	R\$ 906.572,35	R\$ 906.572,35	R\$ 16,47
40/00728 - 23/07/2012	R\$ 1.330.517,00	R\$ 887.010,73	R\$ 1.034.845,85	R\$ 1.330.516,10	R\$ 0,90
40/00729 - 23/07/2012	R\$ 1.439.994,25	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 811.086,23
40/00730 - 08/08/2012	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 0,00
40/00749 - 05/12/2012	R\$ 407.138,19	-	R\$ 120.638,90	R\$ 120.638,90	R\$ 286.499,29
40/00751 - 05/12/2012	R\$ 1.331.984,89	-	R\$ 1.034.056,25	R\$ 1.034.056,25	R\$ 297.928,64
Contrato ECF0317 - 15/11/2011	R\$ 8.723.529,22	-	R\$ 8.723.529,22	R\$ 8.723.529,22	R\$ 0,00
Contrato ECF2734 - 30/03/2010	R\$ 120.000.000,00	R\$ 93.715.817,85	R\$ 93.715.817,85	R\$ 93.715.817,85	R\$ 26.284.182,15
Contrato ECF2872 - 30/08/2010	R\$ 86.248.171,68	R\$ 48.772.878,47	R\$ 50.187.811,09	R\$ 50.187.811,09	R\$ 36.060.360,59
Contrato ECF2980 - 30/12/2011	R\$ 98.398.580,00	R\$ 19.679.716,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 68.879.006,00
Contrato ECF2986 - 11/05/2012	R\$ 85.015.156,34	R\$ 17.003.031,26	R\$ 25.504.546,89	R\$ 25.504.546,89	R\$ 59.510.609,45
Total	R\$ 439.963.534,15	R\$ 214.082.280,08	R\$ 244.811.159,26	R\$ 245.214.195,73	R\$ 194.749.338,42
Recursos Utilizados Anual		R\$ 214.082.280,08	R\$ 30.728.879,18	R\$ 403.036,47	R\$ 194.749.338,42
Percentual Utilizados Anual		48,66%	6,98%	0,09%	44,26%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial em 2014, verifica-se o aumento do Passivo Total em 9,67% em relação ao ano anterior, o Passivo Circulante cresceu 18,21%, o que não compromete a liquidez, pois o Ativo Circulante cresceu 210,47%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de passivos.

Comparando 2014/2012, observa-se aumento de 31,85% no Patrimônio Líquido, tendo o Passivo Circulante elevado 52,10% e o Ativo Circulante 328,8%. Já a Receita Operacional Líquida (ROL) apresentou elevação de 37,06% e o Lucro Líquido do grupo expandiu-se 300,63%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição (em milhares de Reais)	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%) 2014/2012
Patrimônio Líquido (PL)	2.343.458	9,64%	2.137.462	20,26%	1.777.333	31,85%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.246.243	28,20%	4.872.377	10,36%	4.414.979	41,48%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	5.497.755	15,69%	4.752.289	-3,83%	4.941.398	11,26%
Lucro Operacional (LO)	787.005	442,66%	145.027	128,73%	-504.797	255,91%
Receita Financeira Líquida (RFL)	47.510	-68,60%	151.284	16,18%	130.220	-63,52%
Lucro Líquido (LL)	513.055	157,98%	198.874	177,77%	-255.725	300,63%
Ativo Circulante (AC)	5.197.493	210,47%	1.674.070	33,17%	1.257.087	313,46%
Passivo Circulante (PC)	1.763.222	18,21%	1.491.660	15,95%	1.286.463	37,06%
Passivo Total (PT)	3.827.669	9,67%	3.490.301	5,04%	3.322.737	15,20%
Ativo Total (AT)	6.171.127	9,66%	5.627.763	20,62%	4.665.693	32,27%
Depreciação (D)	216.212	3,81%	208.271	27,69%	163.104	32,56%
EBITDA (E)	1.103.218	212,26%	353.298	205,11%	-336.107	428,23%

Na análise vertical dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2014, observa-se aumento da participação do EBITDA em relação ao ano anterior de 7,25% para 17,66%, em decorrência do aumento da Receita Operacional Líquida (ROL), redução relativa dos Custos e Despesas Operacionais (de 97,54% para 88,02%) e do aumento do Lucro Líquido (de 4,08% para 8,21%).

Descrição (em milhares de Reais)	2014	AV(%)	2013	AV(%)	2012	AV(%)
Patrimônio Líquido (PL)	2.343.458	37,97%	2.137.462	37,98%	1.777.333	38,09%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.246.243	100,00%	4.872.377	100,00%	4.414.979	100,00%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	5.497.755	88,02%	4.752.289	97,54%	4.941.398	111,16%
Lucro Operacional (LO)	787.005	12,60%	145.027	2,98%	-504.797	-11,43%
Receita Financeira Líquida (RFL)	47.510	0,76%	151.284	3,10%	130.220	2,95%
Lucro Líquido (LL)	513.055	8,21%	198.874	4,08%	-255.725	-5,79%
Ativo Circulante (AC)	5.197.493	84,22%	1.674.070	29,75%	1.257.087	26,94%
Passivo Circulante (PC)	1.763.222	46,07%	1.491.660	42,74%	1.286.463	38,72%
Passivo Total (PT)	3.827.669	100,00%	3.490.301	100,00%	3.322.737	100,00%
Ativo Total (AT)	6.171.127	100,00%	5.627.763	100,00%	4.665.693	100,00%
Depreciação (D)	216.212	3,46%	208.271	4,27%	163.104	3,69%
EBITDA (E)	1.103.218	17,66%	353.298	7,25%	-336.107	-7,61%

Na análise horizontal dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, a Receita Operacional Líquida (ROL) expandiram 41,48% e 10,36% em 2014 e 2013, respectivamente, tomando como base os valores do ano de 2012. Concomitantemente, os Custos e Despesas Operacionais (CPO) cresceram 11,26% em 2014 e reduziram 3,83% em 2013, respectivamente, ao valor base de 2012. Portanto, verifica-se que Lucro Líquido foi positivo em 2014 e 2013 em relação a 2012 seu valor base de 2012, influenciado pelo aumento da Receita Operacional Líquida (ROL) de 41,48% e 10,36% respectivamente 2014 e 2013 tomando como base 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estes resultados apresentam forte interação com o resultado do indicador margem EBITDA, por exemplo. Este indicador aumentou 332,00% e 195,25%, respectivamente 2014 e 2013, em relação ao seu valor base de 2012.

Descrição (em milhares de Reais)	2014	AH (%)	2013	AH (%)	2012	AH (%)
Patrimônio Líquido (PL)	2.343.458	31,85%	2.137.462	20,26%	1.777.333	100,00%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.246.243	41,48%	4.872.377	10,36%	4.414.979	100,00%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	5.497.755	11,26%	4.752.289	-3,83%	4.941.398	100,00%
Lucro Operacional (LO)	787.005	255,91%	145.027	128,73%	-504.797	100,00%
Receita Financeira Líquida (RFL)	47.510	-63,52%	151.284	16,18%	130.220	100,00%
Lucro Líquido (LL)	513.055	300,63%	198.874	177,77%	-255.725	100,00%
Ativo Circulante (AC)	5.197.493	313,46%	1.674.070	33,17%	1.257.087	100,00%
Passivo Circulante (PC)	1.763.222	37,06%	1.491.660	15,95%	1.286.463	100,00%
Passivo Total (PT)	3.827.669	15,20%	3.490.301	5,04%	3.322.737	100,00%
Ativo Total (AT)	6.171.127	32,27%	5.627.763	20,62%	4.665.693	100,00%
Depreciação (D)	216.212	32,56%	208.271	27,69%	163.104	100,00%
EBITDA (E)	1.103.218	428,23%	353.298	205,11%	-336.107	100,00%
Indicadores	2014	AH (%)	2013	AH (%)	2012	AH (%)
LL / PL	21,89%	252,16%	9,30%	164,77%	-13,59%	100,00%
LL / ROL	8,21%	241,81%	4,08%	-170,47%	94,32%	100,00%
AC / PC	294,77%	201,66%	112,23%	14,85%	102,57%	100,00%
AT / PT	161,22%	14,82%	161,24%	14,83%	154,80%	100,00%
PC / PT	46,07%	18,98%	42,74%	10,38%	38,63%	100,00%
PL / PT	61,22%	14,46%	61,24%	14,49%	54,80%	100,00%
LL / PT	13,40%	274,16%	5,70%	174,04%	-7,45%	100,00%
Margem EBITDA	17,66%	332,00%	7,25%	195,25%	-7,40%	100,00%

Em suma, a Rentabilidade sobre o Patrimônio e a Margem Líquida apresenta trajetória crescente a partir de 2012 influenciados pelo aumento proporcional maior da Receita Operacional Líquida (ROL) que os Custos e Despesas Operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

A indústria de Santa Catarina encerrou 2014 com declínio de 1,2% na comparação com ano anterior, contudo superior à produção nacional que findou ano com variação negativa de 1,9%. Nove das dezesseis atividades registraram variação negativa, destacando vestuário e metalurgia. A utilização média da capacidade instalada e as horas trabalhadas na produção mantiveram-se estáveis. O Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina (IBCR-SC), calculado pelo Banco Central, manteve-se praticamente estável em 0,2% (Brasil retraiu 0,6%) impulsionado pela queda do consumo e taxa de investimento, entretanto, as exportações expandiram-se 3,4% (Brasil reduziu 7%) e as importações 8,4% (Brasil queda 4,5%) resultando em aumento do déficit comercial em 15,46%.

A MP 579/2012 dispôs sobre novas regras para o Setor Elétrico, visando prorrogação das concessões, permitindo antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017 do parque gerador e transmissor. A Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma estratégica, as determinações da MP 579/12, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro de 2012, decidindo pela não prorrogação antecipada do contrato de concessão.

O Índice BOVESPA – Ibovespa fechou o ano com variação negativa de 2,91%. Já o Índice do Setor de Energia Elétrica - IEE apresentou elevação de 3,47% contrastando ao ano anterior em que apresentou queda de 8,83%. O Índice de Energia Elétrica lançado em 1996 reflete o desempenho das principais empresas que atuam no setor. As ações preferenciais da CELESC – PN apresentaram desempenho negativo de 12,76%, incluso os ajustes de proventos, já as ordinárias – ON expandiram 2,63% em relação ao fechamento de 2013.

a. resultado das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua basicamente nas atividades de distribuição e geração de energia, tendo como principal negócio o de distribuição. A atividade de distribuição, nos últimos três anos, é responsável por mais de 95% da Receita Líquida, consequentemente a empresa de geração têm importância menos relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

Lucros Individuais e Participação Proporcional (em milhares de Reais)	2014	2013	2012
Lucro Líquido Consolidado	513.055	198.874	(255.725)
Celesc Distribuição	383.618	149.258	(133.018)
	74,77%	75,05%	52,02%
Celesc Geração	101.600	17.228	(70.379)
	19,80%	8,66%	27,52%

- **Celesc Distribuição S.A.**

Sob o ponto de vista da Receita Operacional Líquida a Celesc Distribuição contribuiu, em 2014, com aproximadamente 98% e a Geração 2%. A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

que cada segmento tem determinantes próprios. A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como também os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo total de energia elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição em 2014 totalizou 23.349 GWh, incremento de 5,6% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre) na comparação com 2013 quando o consumo total atingiu 22.104 GWh.

No mercado cativo concentra-se 74,98% do consumo de energia, sendo os 24,97% para o mercado livre e 0,06% para consumo próprio. Houve crescimento de 6,4% no mercado cativo totalizando 17.507 GWh, já os consumidores livres expandiram 3,3% somando 5.830 GWh.

A classe industrial, que engloba 26,20% do mercado cativo, somando 4.586 GWh, apresentou aumento de 2,1% em relação ao acumulado de 2013. A classe comercial, que representa 20,69% do mercado cativo, incremento foi de 9,2%, com consumo de 3.622 GWh. A classe residencial, que equivale a 30,41% do mercado cativo da Celesc, consumiu 5.323 GWh, evolução de 9,4%. As demais classes (rural, iluminação, poderes e serviços públicos e suprimento de energia), que correspondem a 15,12% do total do Mercado Cativo, consumiram 3,0% a mais no acumulado de 2014, o equivalente a aproximadamente 2.647 GWh.

Mas não só em aspectos quantitativos nosso mercado se destaca, Santa Catarina possui o maior nível de consumo *per capita* de energia elétrica e um dos melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o que se reflete positivamente na solidez dos nossos indicadores de crescimento. Contamos com um mercado diversificado – espelhando a estrutura produtiva e social catarinense – com significativa participação de todas as classes de consumo, mas com destaque para a residencial e a industrial.

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 07 de agosto de 2014, resultou no Índice de Reajuste Total – IRT de 23,21%, sendo 17,96% relativo ao cálculo econômico e 5,26% referente aos componentes financeiros pertinentes, rerepresentando um efeito médio de 22,62% percebido pelos consumidores cativos da Celesc. A diferença de 0,59% entre o reajuste médio calculado, de 23,21%, e o efeito médio percebido pelos consumidores, de 22,62%, diz respeito à retirada do componente financeiro positivo. Esse reajuste visa compensar o aumento dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando ao poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de contrato de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- (i) A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- (ii) A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- (iii) O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- (iv) O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), significou para a Companhia ingresso de recursos via CDE de R\$ 66,3 milhões em janeiro de 2014 registrados com redutora dos custos de energia. Para o item (iv), a Aneel, através da Resolução Homologatória 1.574, de 30 de julho 2013, referente ao reajuste tarifário anual de 2013, homologou aporte de R\$ 569,5 milhões, advindo de recursos da CDE efetuada diretamente a Companhia por intermédio da Eletrobrás. No entanto com o agravamento da situação dos caixas das distribuidoras no início de 2014, o governo federal editou o decreto 8.221, de 1º de abril de 2014, dispondo que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que criará e manterá a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente as despesas extraordinárias incorridas pelas distribuidoras.

Em 22 de abril de 2014 a Aneel por meio da Nota Técnica 142 – SRE/ANEEL e despacho 1.256, fixou para Celesc D montante de R\$ 332,6 milhões para custos de exposição involuntária e dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D termoeletrica da competência de fevereiro de 2014. Em 05 de maio de 2014 a Aneel por meio da Nota Técnica 153 – SRE/ ANEEL e do despacho 1.378, fixou montante de R\$ 160 para cobertura CCEAR-D termoeletrica da competência de março de 2014. Em 09 de maio de 2014 a Aneel por meio da Nota Técnica 1443 que alterou o despacho 1.378/14, fixando valor para cobertura no montante de R\$ 197.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nota Técnica nº 280/2014

A Nota Técnica nº 280/2014 inclui nos Contratos de Concessão, dispositivo que garanta que os valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da "Parcela A" – CVA e outros itens financeiros sejam incorporados na indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda, não amortizados ou não depreciados quando da extinção das concessões de distribuição de energia elétrica. Cada contrato de concessão de distribuição tem data própria de reajuste tarifário, que em sua maioria não estão alinhados com a data do término do respectivo contrato de concessão. Desta forma, importa analisar a inserção, nos contratos de concessão de distribuição de dispositivo que garanta a quitação desses ativos ou passivos financeiros quando o contrato chegar ao seu termo.

- **Celesc Geração S.A.**

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e, atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre – ACL, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2012 a Empresa teve aprovado junto ao Ministério de Minas e Energia, o seu pedido de mudança do regime de concessão. Dentre as 12 (doze) usinas, 8 (oito) passaram a ser consideradas como Produtor Independente de Energia – PIE, passando a comercializar energia incentivada no mercado ACL com 50% de desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição – TUSD, a partir de junho de 2012. Por consequência, foram firmados contratos de longo prazo com consumidores do grupo A4, que recebem energia incentivada com 50% de desconto na TUSD. A capacidade total em operação da Celesc G é de 112,27 MW, sendo 106,7 MW referente ao parque próprio e 5,52 MW em parcerias com participação acionária.

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G passou a recolher a quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de cinco anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Pequena Central Hidrelétrica - PCH	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	22,5	07/07/2015
Ivo Silveira	6	07/07/2015
Cedros	21,4	07/11/2016
Salto	16,7	07/11/2016
Bracinho	25,3	07/11/2016
Pery	52,3	09/07/2017
Celso Ramos	12	22/11/2021

De modo geral, sua receita em 2014 foi condicionada pelos reajustes contratuais, pelo aumento no Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e por novos contratos. A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes em 2014 (até novembro) foi de R\$/MWh 309,98, aumento de 49,3% na comparação com período anterior.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"), convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial (DP) nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017 a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 previa, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passaram por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP 579 o Grupo protocolou seu pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para as concessões do contrato 56/1999 de Distribuição, e das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) em 15 de outubro de 2012, abaixo apresentamos as PCHs afetadas pela MP nº 579:

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	07/07/2015	2,60	1,81
Total - MW			95,80	60,49

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No dia 01.11.2012, foi publicada a Portaria Interministerial nº 578 MME/MF que define as tarifas iniciais para serem aplicadas as hidrelétricas enquadradas pela MP 579, com base no Custo da Gestão de Ativos de Geração (GAG). Na mesma data também foi publicada a Portaria Interministerial nº 580 MME/MF que define os valores de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e o efeito tributário sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Empresa ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela MP.

A Usina Pery foi excluída da decisão com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

As PCHs que possuem potência inferior a 1MW e prazo de concessão depois de 2017 não foram alcançadas pela MP 579/2012, conforme apresentado abaixo:

Parque Gerador Próprio - Demais Usinas 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	23/11/2021	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Piraí	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22
Total - MW			10,95	7,74

(*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de concessão.

Em atendimento a lei nº 12.783/13 a Companhia protocolou em julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para renovação antecipada da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir também na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam a construção de novos empreendimentos, através da concepção de Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) com investidores privados. Nos anos de 2012 e 2014 a empresa realizou chamadas públicas com objetivo de tornar pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parceria em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto a fonte e localização do empreendimento e que estivessem alinhados a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial. A chamada pública 001/2012 obteve 48 projetos para novos empreendimentos, com fontes variadas, que totalizam aproximadamente 1,5 GW de potência instalada e a chamada pública 001/2014 obteve 65 projetos para novos empreendimentos, também com fontes variadas que totalizaram aproximadamente 2,5 GW de potência instalada.

A Celesc G já participa de Sociedade de Propósito Específico – SPE em parceria com outros investidores do setor de geração de energia, sendo 04 empreendimentos já em operação, 01 empreendimento em obras, 02 em fase de revisão de projeto. Abaixo listados os novos empreendimentos que já estão em operação:

Empreendimentos em Operação – Celesc Geração detém participação minoritária

USINAS	Localização	Participação Celesc G	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	25 %	3,00	1,68
PCH Belmonte	Belmonte/SC	25%	3,60	1,84
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	25%	3,00	1,76
PCH Rondinha	Passos Maia /SC	32,5%	9,60	5,48
Total - MW			19,20	10,76

O quadro abaixo apresenta empreendimentos em estágio de desenvolvimento.

Empreendimentos em Desenvolvimento – Celesc Geração detém participação minoritária

USINAS	Localização	Participação Celesc G	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Painei	São Joaquim/SC	32,5 %	9,20	4,80
PCH Campo Belo	Campo Belo Sul/SC	30 %	10,00	4,13
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	40 %	6,08	3,54
Total - MW			25,28	12,47

- Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos. A SCGÁS é a 2º maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil e Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás canalizado (1.084 quilômetros) e o também o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (227), além de ter a 3º maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (136 postos). Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para 7,1 mil clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Demais Participações

- **Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A controlada em conjunto ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Constituída com propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões sul, sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é a concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5 Km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro 2011, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230Kv) e Gaspar (230/138Kv) através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A – ETSE.

- **Dona Francisca Energética S.A – DFESA**

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa. A coligada DFESA, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 28 de agosto de 1998 com prazo de vigência de 35 anos.

- **Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN**

Sociedade de Economia Mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em sua área de concessão. Atualmente os serviços prestados pela empresa abrangem 201 municípios no Estado de Santa Catarina e um no Paraná, atendendo uma população de 2,5 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social da empresa.

- **Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A**

Sociedade de Propósito Específica constituída para implantação da Usina Hidrelétrica de Cubatão, na região de Joinville (SC), inicialmente com potência instalada de 50MW. Após analisar o histórico regulatório e o histórico dos entraves ambientais, o Conselho de Administração, na reunião de 18 de setembro de 2014 recomendou estudo a ser realizado pelo empreendimento de possível alteração no modelo atual do projeto básico.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Desempenho Econômico e Fatores Relevantes

- Exercício 2013

A Economia Brasileira apresentou em 2013 resultados insatisfatórios. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,5% em comparação com ano anterior, influenciado pela estagnação da zona do Euro, fraco crescimento dos Estados Unidos e desaceleração da Economia Chinesa; repercutido no preço das commodities. O crescimento interno se deveu basicamente via agricultura (crescimento 7,2%), impulsionado pelo aumento do preço das commodities e consumo interno.

A Economia Catarinense apresentou desempenho superior ao nacional, o Índice de Atividade Econômica (IBCR-SC) calculado pelo Banco Central, manteve acima do nacional, registrando elevação de 4,3% contra 3,2% nacional.

O ano de 2013 foi caracterizado pelo aumento intensivo da utilização das usinas termoeletrica em detrimento da principal fonte de energia elétrica do país, agravada pelo baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas proporcionando elevação no custo da energia comprada. Embora o Governo tenha auxiliado financeiramente, houve descompasso no caixa das distribuidoras, obrigando-as a recorrer ao mercado financeiro via captação.

Nesse ano no auge do despacho térmico, com aumento da deterioração do fluxo de caixa, visto que o aumento dos custos com compra de energia mais cara não tinha cobertura tarifária, constituindo uma CVA que seria recebido posteriormente. Dentro desse contexto de desequilíbrio financeiro a Celesc recebeu ofício da Aneel na qual teria que apresentar dentro de 60 dias Plano de Ação para Reequilíbrio Econômico Financeiro da Concessão para período 2013-2025, com foco principalmente até 2016. O principal indicador que a Aneel estava analisando era o Índice de Sustentabilidade que mede a relação da Dívida Líquida com o EBITDA, descontado o Investimento efetuado. A Dívida Líquida considerada pela Aneel leva em consideração tanto os empréstimos financeiros quanto o passivo atuarial. Já O Ebitda considerado pela Aneel é o regulatório, desconsiderando assim o efeito da CVA que esta sendo constituída, mas como relaciona com a Dívida Líquida, onde o Caixa estava deteriorado, acaba percebendo e sendo prejudicado o cálculo pelo efeito do despacho térmico. Para atender ao solicitado pela Aneel, a empresa apresentou em novembro de 2013 um Plano de Ação para o período 2013-2025 que tinha os seguintes itens de ação: Redução das Despesas de PMSO em até 25% até 2025; Manutenção do nível dos investimentos conforme a Quota de Reintegração Regulatória; Manutenção da estrutura ótima de capital proposta pela Aneel, com 55% de capital de terceiros e 45% de capital próprio, por meio de emissão de debentures de 02 em 02 anos.

Houve crescimento de 4% do total de energia elétrica distribuída na nossa área de concessão, somando 22.114 GWh. O consumo de energia do mercado cativo cresceu 1,8%, os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentaram crescimento de 10,9% no comparativo com o ano anterior, sendo o principal responsável pelo crescimento total da energia elétrica distribuída.

A Receita Operacional Bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$ 6,7 bilhões no acumulado do ano, redução de 2,70% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, pela venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$ 4,8 bilhões no ano de 2013, aumento de 10,40% em relação ao ano de 2012. Já os custos e despesas operacionais reduziram 3,8%, passando de R\$ 4,941 bilhões em 2012 para R\$ 4,752 bilhões em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2013 um lucro líquido consolidado de R\$ 198,87 milhões, revertendo prejuízo líquido de R\$ 255,7 milhões em 2012. Já o EBITDA encerrou 2013 com R\$ 353,3 milhões (aumento de 202%).

Celesc Distribuição S.A.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou redução de 3,1%, comparada à de 2012. O custo com energia elétrica aumentou 2,8% e as despesas operacionais reduziram 11,4%. A empresa obteve um Lucro Líquido em 2013 de R\$ 149,25 milhões, revertendo o prejuízo de 133 milhões obtido em 2012. Já o EBITDA somou R\$ 289,31 milhões, aumento de 218% em relação ao ano anterior da qual registrou prejuízo de R\$ 244,6 milhões.

Celesc Geração S.A.

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de R\$ 110,87 milhões e líquida R\$ 94,07 milhões. O lucro líquido foi de R\$ 17,22 milhões, revertendo prejuízo de 70,4 milhões obtidos em 2012. Já o EBITDA registrou elevação de 176% totalizando R\$ 73,54 milhões.

- **Exercício 2012**

O ano de 2012 caracterizou-se como um ano desafiador para a Economia Nacional. Sob o impacto do arrefecimento da economia europeia, da lenta retomada da economia americana e da invasão de produtos importados dos países asiáticos, com destaque para os chineses, o Brasil registrou PIB de 0,9%, resultado bastante inferior ao crescimento de 2,9% em 2011 e um recuo considerável, se comparado aos 7,5% em 2010.

Diante deste cenário, a expansão industrial se deu por conta do consumo interno, ainda aquecido pela facilidade de acesso ao crédito, redução da taxa de juros e aumento da renda real das famílias e da condição próxima de pleno emprego, alcançada no País. A situação favorece a aquisição de eletrodomésticos e o aumento de consumo de energia elétrica.

A indústria de Santa Catarina manteve-se em linha com os padrões nacionais e encerrou o ano com fraco desempenho nos principais indicadores do setor. A atividade com melhor desempenho foi máquinas e equipamentos, com alta de 16,5%, impulsionada pela redução do IPI para a linha branca. O desempenho no ano ainda foi positivamente influenciado pela construção civil, que também aqueceu o comércio varejista em Santa Catarina.

Em 2011, os esforços empreendidos resultaram em boa performance da Celesc Distribuição na redução dos custos de materiais, serviços e outros (MSO). O grande desafio a ser superado pela Empresa desde então, passa pela redução de custos de pessoal. No mês de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou o Plano de Demissão Voluntário (PDV) proposto aos empregados da Celesc Distribuição como parte do Plano de Adequação de Quadros – PAQ. O PDV contou com a adesão de 734 profissionais e sua efetividade representa economia bruta de aproximadamente R\$ 500 milhões até o seu término, em 2018.

O ano também foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Geração, porém, precisou enfrentar, de forma muito estratégica, as determinações da MP 579, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro. A tomada de decisão da Administração da Companhia pela não renovação da concessão do Parque Gerador levou em consideração premissas de caráter técnico, dentre as quais, a restrição significativa de receita da ordem de 79% e o Valor Presente Líquido (VPL) negativo das usinas de aproximadamente R\$600 milhões.

O consumo de energia do mercado cativo cresceu 2,3% em 2012, os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentaram crescimento de 20,6% no comparativo com o ano anterior, sendo principal responsável pelo crescimento de 6,1% da energia elétrica total distribuída na nossa área de concessão, somando 21.205 GWh em 2012.

A Receita Operacional Bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$ 7,0 bilhões no acumulado do ano, 7,70% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, pela venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição.

Em relação ao desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$4,4 bilhões no ano de 2012, um aumento de 5,33% em relação ao ano de 2011.

Os Custos e Despesas Operacionais cresceram 31,4%, passando de R\$3.760 milhões em 2011 para R\$4.941 milhões em 2012, tendo como principais fatores o aumento da despesa de pessoal, afetada pelo PDVP (R\$290 milhões) e a Indenização Trabalhista da URP (R\$38,8 milhões) e o custo com energia comprada para revenda na Celesc Distribuição em R\$744 milhões.

A Companhia registrou em 2012 um prejuízo líquido consolidado de R\$255,7 milhões, frente a um lucro líquido em 2011 de R\$ 323,90 milhões, sendo que o EBITDA fechou ano com 346,5 milhões negativo.

Celesc Distribuição S.A.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 7,2%, comparada à de 2011. O Custo com Energia Elétrica e as Despesas Operacionais aumentaram 34,8% e 23,3%, respectivamente. Desse modo a empresa obteve um prejuízo líquido em 2012 de R\$ 133,0 milhões e EBITDA de R\$ 244,6 milhões negativos.

Celesc Geração S.A.

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma Receita Operacional Bruta de R\$ 83,6 milhões, incremento de 43,6% na comparação com ano anterior, já a ROL apresentou R\$ 68,5 milhões, elevação de 32,5%. A empresa registrou prejuízo líquido de R\$ 70,4 milhões e EBITDA de R\$ 96,5 milhões negativos.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita em 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Valor da Tarifa

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais de 95% da receita líquida total do grupo refere-se à venda de energia elétrica.

Nesse sentido, a administração da Central Elétrica de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.

- Reajuste Tarifário Anual

Em agosto 2014, ocorreu o Reajuste Tarifário Anual da Celesc Distribuição para o ciclo agosto de 2014 a julho de 2015, a ANEEL, via Resolução Homologatória 252/2014, estabeleceu índice de reposicionamento tarifário de +17,96% (efeito econômico), com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de +22,62%.

Data	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste/Revisão tarifário anual econômico	Efeito Médio (consumidores cativos)
04/08/2009	856	4,80%	6,96%
06/08/2010	1.037	9,25%	9,85%
05/08/2011	1.183	1,58%	1,19%
07/08/2012	1.322	3,99%	-0,32%
06/08/2013	1.574	15,37%	13,73%
07/08/2014	252	17,96%	22,62%

Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579. Em 14.09.2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme requerido pela MP 579, a Companhia protocolou seu pedido de prorrogação em 19 de setembro de 2012 para o contrato de concessão 56/1999 da Celesc Distribuição, ratificando a intenção manifestada no mês de junho junto ao órgão regulador – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Ambiente de Contratação Regulado e Livre

A distribuição de energia nos Ambientes de Contratação Regulado e Livre da Celesc Distribuição S.A encerra o ano de 2014 com distribuição de energia superior ao alcançado em 2013. Este resultado está relacionado ao crescimento de mercado em 5,6% no ano de 2014 e, consequentemente, possibilitando resultados positivos tanto no mercado Regulado quanto no mercado Livre.

Neste sentido, pode-se destacar o mercado Livre de energia elétrica, cujos consumidores podem escolher seus fornecedores de insumo. Este segmento representa 24,9% da energia total distribuída pela Celesc. Em 2014, o volume de energia consumida nesse mercado foi 3,30% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior. A possibilidade de escolher produtos específicos a cada perfil de consumo combinando preços diferenciados vem contribuindo para o aumento do número de clientes livres.

O mercado Regulado de energia elétrica da Celesc Distribuição S.A. encerra o ano de 2014 com distribuição de energia superior em 6,40% ao alcançado em 2013.

- **Preço da Energia**

O preço da energia comprada para a revenda representa um dos maiores custos para as Centrais Elétricas de Santa Catarina, através da subsidiária integral de distribuição. Em 2013, o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas ensejou o acionamento das térmicas tendo como consequência o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e o custo com a compra de energia como um todo, considerando a composição de térmicas em nosso portfólio de contratos de energia.

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação dos Itens da Parcela A – CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da CVA, no entanto, a apuração continua sendo realizada para atender às exigências da ANEEL.

Desse modo, mesmo que parte dos prejuízos incorridos será compensada pela tarifa na próxima revisão, logo, a despeito do resultado contábil, o preço da energia comprada deve ter efeito econômico neutro, embora exija como de fato exigiu em 2014, excessivos recursos de caixa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

- **Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina**

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, a Centrais Elétricas de Santa Catarina é basicamente afetada pela conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos, ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da "Parcela A", ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial apresenta alta volatilidade e, sem dúvida, representa um termômetro para avaliar retração/expansão econômica nacional e mundial. Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, agroindustrial, alimentício, metal-mecânico e cerâmico.

Efeitos localizados na Companhia

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulantes, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

- **Efeitos da taxa de juros**

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, calculados com base na variação da Taxa de Juros em Longo Prazo (TJLP).

Haja vista, o fechamento da taxa de juros Selic (básica definida pelo COPOM) em 11,75% e a previsão por parte dos especialistas da Selic em 12,75% no final de 2015 e 11,75% para 2016. Tal cenário terá impactos sobre os encargos do serviço da dívida das Debêntures emitida em maio de 2013 e demais empréstimos tomados pela empresa que tem a Selic como referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- **Efeitos da taxa de câmbio**

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Apesar disso, o preço do dólar pode impactar o preço da energia comprada, visto que a energia de Itaipu é referenciada em dólar e participa em média com 16,7% do mix da Celesc Distribuição e 30% da energia total (MWh) comprada.

A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinenses, Nos últimos anos tem prejudicado alguns setores como o setor têxtil. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

- **Efeitos da inflação**

Em síntese, a política do governo federal em 2014 de suspender a liberação de reajustes dos preços administrados e cortar impostos para controlar a inflação. Por conseguinte, o setor elétrico é afetado negativamente, pois necessita de dispor mais recursos financeiros para antecipar eventuais situações não recorrentes, característicos do setor elétrico.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, com a aquisição da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total. Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

Celelesc Geração S.A.

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. No mês de outubro/2012 foi divulgada a Chamada Pública 001/2012 em substituição à Chamada Pública 001/2008. Esta nova chamada tornou pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento, que estejam alinhadas a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.

A empresa já participa de Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos onde a Celesc Geração detém participação minoritária. A tabela abaixo apresenta as principais características desses empreendimentos e respectivos estágios:

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78		
PCH Painel	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79	2016	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6,00	30,0%	3,00	1,80	2016	Revisão de Projeto

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,43	2015	Início obras janeiro/2014
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42		
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46		
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44		
Total - MW		44,48	25,82		13,94	8,12		

c. eventos ou operações não usuais

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para a Companhia.

- Alteração ao CPC 01/IAS 36 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- Alteração ao CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.
- Alteração ao CPC 39/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- CPC 19/IFRIC 21 – Tributos - trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - Provisões. A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral - trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica - trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente.
- Revisão CPC 07 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas, altera a redação do CPC 35 - Demonstrações Separadas para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Os Diretores informam que as normas mencionadas foram alteradas, mas não impactaram significativamente na apresentação, posição financeira e performance do Grupo, exceto o OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, que alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado do Grupo, do exercício findo em 2014. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado, e Valor Adicionado consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Como a aplicação desta norma é prospectiva não houve impacto nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 que são apresentadas comparativamente. Os efeitos destas alterações estão apresentados no item “b” efeitos significativos das alterações em práticas contábeis descritos a seguir.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo com a aplicação prospectiva do OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica são apresentados a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO			
Em 31 de dezembro de 2014			
(valores expressos em milhares de reais)			
			(Consolidado)
	31/12/2014	Ajustes OCPC 08	31/12/2014 Ajustado
Receita	5.793.347	452.896	6.246.243
Receita de Venda de Bens e Serviços	5.446.423	452.896	5.899.319
Receita de Construção	346.924	-	346.924
Custos	(5.225.067)	-	(5.225.067)
Custo das Vendas e Serviços	(4.878.143)	-	(4.878.143)
Custo de Construção	(346.924)	-	(346.924)
Lucro Bruto	568.280	452.896	1.021.176
Despesas com Vendas	(154.191)	-	(154.191)
Despesas Gerais e Administrativas	(319.089)	-	(319.089)
Outras Despesas Operacionais	200.592	-	200.592
Resultado da Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517
Resultado Operacional	334.109	452.896	787.005
Receitas Financeiras	243.545	(2.330)	241.215
Despesas Financeiras	(193.705)	-	(193.705)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	383.949	450.566	834.515
Corrente	(41.104)	-	(41.104)
Diferido	(127.164)	(153.192)	(280.356)
Lucro do Exercício	215.681	297.374	513.055

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31 de dezembro de 2014			
(valores expressos em milhares de reais)			
			(Consolidado)
Ativo	31/12/2014	Ajustes OCPC 08	31/12/2014 Ajustado
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	449.789	-	449.789
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Contas a Receber de Clientes	1.016.683	-	1.016.683
Estoques	8.710	-	8.710
Tributos a Recuperar ou Compensar	53.876	-	53.876
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.890.451	-	2.890.451
Outras Contas a Receber	327.418	450.566	777.984
	4.746.927	450.566	5.197.493
Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	6.398	-	6.398
Outros Créditos com Partes Relacionadas	4.262	-	4.262
Tributos Diferidos	283.260	(153.192)	130.068
Tributos a Recuperar ou Compensar	18.732	-	18.732
Depósitos Judiciais	144.685	-	144.685
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	-
Outras Contas a Receber	2.003	-	2.003
Investimentos em Coligadas	195.621	-	195.621
Intangível	102.037	-	102.037
Imobilizado	232.350	-	232.350
	1.126.826	(153.192)	973.634
Ativo Total	5.873.753	297.374	6.171.127

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

			(Consolidado)
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2014	Ajustes OCPC 08	31/12/2014 Ajustado
Circulante			
Fornecedores	689.343	-	689.343
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	326.706	-	326.706
Salários e Encargos Sociais	120.371	-	120.371
Tributos e Contribuições Sociais	169.288	-	169.288
Dividendos Propostos	51.593	70.626	122.219
Taxas Regulamentares	113.208	-	113.208
Outros Passivos de Partes Relacionadas	15.106	-	15.106
Passivo Atuarial	170.850	-	170.850
Outros Passivos	36.131	-	36.131
	1.692.596	70.626	1.763.222
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	532.647	-	532.647
Tributos e Contribuições Sociais	-	-	-
Tributos Diferidos	15.412	-	15.412
Taxas Regulamentares	185.105	-	185.105
Provisões para Contingências	296.517	-	296.517
Passivo Atuarial	1.032.291	-	1.032.291
Outros Passivos	2.475	-	2.475
	2.064.447	-	2.064.447
Patrimônio Líquido			
Capital Social	1.017.700	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	316
Reservas de Lucros	1.108.935	212.622	1.321.557
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(20.485)	-	(20.485)
Dividendos Adicionais a Distribuir	10.245	14.125	24.370
	2.116.711	226.747	2.343.458
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.873.754	297.373	6.171.127

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
Em 31 de dezembro de 2014			
(valores expressos em milhares de reais)			
			(Consolidado)
	31/12/2014	Ajustes OCPC 08	31/12/2014 Ajustado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	7.719.749	452.896	8.172.645
Receita de Construção	346.924	-	346.924
Perdas Recuperáveis com Clientes (Reversão/Constituição)	(5.292)	-	(5.292)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos Serviços Prestados	(4.411.804)	-	(4.411.804)
Custo de Construção	(346.924)	-	(346.924)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(281.418)	-	(281.418)
Outros	359.837	-	359.837
Valor Adicionado Bruto	3.381.072	452.896	3.833.968
Depreciação, Amortização e Exaustão	(218.183)	-	(218.183)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.162.889	452.896	3.615.785
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado da Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517
Receitas Financeiras	243.545	(2.330)	241.215
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.444.951	450.566	3.895.517
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	(568.314)	-	(568.314)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.455.079)	(153.192)	(2.608.271)
Remuneração do Capital de Terceiros	(205.877)	-	(205.877)
Remuneração de Capitas Próprios	(51.224)	(70.627)	(121.851)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	(164.457)	(226.747)	(391.204)
	(3.444.951)	(450.566)	(3.895.517)

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

ÊnfaseContinuidade normal das operações da Sociedade

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades por 16 anos, até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão, e posteriormente em 15 de outubro de 2012 ratificou o pedido. Em janeiro de 2014, por meio do ofício circular nº 1/2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) informou à Companhia que está analisando o pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para testes de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os Diretores do Grupo afirmam que as principais políticas e estimativas contábeis adotadas pelo Grupo estão divulgadas na Nota Explicativa 3 de suas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que, segundo os Diretores do Grupo, apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. Os diretores do Grupo entendem que os critérios utilizados para mensurar as estimativas contábeis são adequados aos negócios do Grupo.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) *Impairment* de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do Uso de Bem Público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia. A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**g) Ativos e passivos regulatórios**

São os valores referentes ao direito ou a obrigação da Companhia de receber ou pagar os ativos e passivos derivados de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados serão incorporados ao cálculo dos próximos reajustes tarifários.

A partir da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de distribuição ocorrida em dezembro de 2014, que garantiu que os saldos da parcela A e outros itens financeiros não recuperados ou ressarcidos pela tarifa serão incorporados no cálculo da indenização ao término da concessão, a Companhia efetuou o reconhecimento do montante desses saldos que deverão ser incluídos nos próximos reajustes tarifários em contrapartida à receita. A Parcela A e outros itens financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Após o reconhecimento inicial, a atualização dos ativos ou passivos relacionados a este item é reconhecida no resultado financeiro. Quando o montante é faturado aos consumidores, a parcela correspondente é amortizada do saldo de ativo ou passivo em contrapartida à receita.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação que anteriormente não existia, eliminando as incertezas quanto ao recebimento e ou pagamento e a contraparte destas operações, com isso a aplicação da norma foi efetuada de forma prospectiva.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

Além da estrutura operacional voltada para monitoramento dos mecanismos de controle interno (já relatada no item 5.2.g deste Formulário de Referência), a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui Conselho Fiscal permanente e tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores no âmbito federal (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) e estadual (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC).

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. A Auditoria Interna da Celesc é a área responsável por monitorar as oportunidades de melhoria nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração, as quais são imediatamente encaminhadas ao diretor responsável para elaboração e implementação de plano de ação.

O relatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contendo os comentários e recomendações indicados pelos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu), datado de 30 de abril de 2015, foi recebido e avaliado pela administração. A classificação, os comentários e as principais medidas adotadas para eventuais deficiências relevantes seguiram para discussão com os auditores independentes e apreciação das demais instâncias de governança corporativa da empresa, notadamente, o Conselho Fiscal e o Comitê Jurídico e de Auditoria (assessoramento ao Conselho de Administração).

Deficiências Significativas de Controles Internos apontadas pelos Auditores Independentes:**1 – Ressalva nas DFs da Empresa Coligada Dona Francisca “DFESA”**

Observação: Constatamos que o parecer dos auditores independentes da Empresa coligada Dona Francisca Energética S.A referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, foi emitido com ressalvas referente a créditos tributários aumentando o patrimônio líquido em R\$5.110 mil e provisão para obrigações a liquidar contas a receber CCEE diminuindo o patrimônio líquido em R\$95.986 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

O reconhecimento das referidas ressalvas teriam resultado em uma diferença a menor no ativo e patrimônio líquido no valor de R\$20.929 mil.

Recomendação dos Auditores: Analisar a natureza da ressalva levantada pelos auditores da coligada Dona Francisca (DFESA) e efetuar o cálculo de equivalência patrimonial considerando a referida ressalva, registrando o impacto em suas demonstrações financeiras.

Comentário da Administração: A Administração da Companhia está atuando junto a Empresa coligada para que as ressalvas sejam sanadas ainda no decorrer do ano de 2015.

2 – Ressalva nas DFs da Empresa Investida da Companhia de Gás de Santa Catarina “SCGAS”

Observação: Constatamos que o parecer dos auditores independentes da Empresa investida Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS), referente as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, foi emitido com ressalva referente a amortização dos ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contratos de concessão, devido a SCGAS não ter efetuado a análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão até a data base das suas demonstrações financeiras.

Recomendação dos Auditores: Efetuar análise de vida útil estimada dos ativos intangíveis da concessão, para determinar eventuais efeitos em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada.

Comentário da Administração: A Administração da Companhia está acompanhando o caso que se encontra em pauta no Conselho de Contabilidade, tendo em vista que o IBRACON privilegia a amortização de acordo com o prazo da concessão e as distribuidoras de gás defendem a aplicação de forma coerente com as regras do negócio previstas em cada contrato. Caso seja atendida a ressalva, defendida pelo IBRACON, este fato poderá gerar desequilíbrio econômico-financeiro para as concessionárias de gás.

3 – Avaliação do Valor Justo da Empresa Investida Cia Catarinense de Aguas e Saneamento “CASAN”

Observação: Identificamos no cálculo do valor justo da empresa investida CASAN que os grupos contábeis de ativos e passivos de longo prazo são considerados para o cálculo da variação de capital de giro. Entendemos que os montantes relativos a estas naturezas de grupos contábeis não devem ser considerados no cálculo da variação de capital de giro. Também não nos foram fornecidos os prazos médios ou o racional adotado para projeção de cada linha do balanço patrimonial, desta forma não foi possível validar a acuracidade matemática da linha de variação de capital. Desta forma entendemos que o investimento na empresa investida CASAN, registrado pela Companhia está superavaliado em R\$43.998 mil.

Recomendação dos auditores: Sugerimos que a Companhia revise as premissas utilizadas no cálculo do valor justo da investida, de forma que o mesmo siga os modelos aceitos de avaliação de investimentos utilizados no mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Comentário da Administração: A Administração da Companhia está tomando as devidas providências junto à CASAN e também contratando empresa especializada para avaliação do referido ativo.

4 – Ausência de Conciliação de Depósitos Judiciais (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A e Celesc Distribuição)

Observação: A Companhia não possui conciliação contábil dos depósitos judiciais registrados na contabilidade. Verificamos que os relatórios auxiliares e estratos bancários dos depósitos judiciais apresentam diferença consolidada de R\$23.189 mil a menor que o saldo apresentado na contabilidade.

Recomendação dos auditores: Realizar a conciliação contábil do saldo dos depósitos judiciais e efetuar os ajustes necessários nos registros contábeis ou controles auxiliares da Companhia.

Comentário da Administração: A Administração da Companhia está tomando todas as providências para sanar as divergências apontadas pelos auditores independentes.

5 - Ausência de Revisão e Aprovação do Cálculo do Ativo Financeiro – CVA (Celesc Distribuição)

Observação: A companhia não possui procedimento de revisão e aprovação do cálculo do ativo financeiro – CVA. Os cálculos são efetuados por funcionário responsável e não foi identificado procedimento de revisão e aprovação por chefe de departamento ou profissional independente.

Recomendação dos auditores: Implementar procedimentos formais de revisão detalhada na base de cálculo e aprovação do cálculo do ativo financeiro – CVA.

Comentário da Administração: A Administração da Companhia está implementando todos os esforços para mitigar erros no controle da CVA, buscando inclusive, a implantação de um Sistema de Informatização.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários por parte do emissor nos três exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):

- (i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- (iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- (iv) Contratos de construção não terminada.*

Em 2014, não foi formalizado contrato de construção relevante. Portanto, não haverá contratos de construção não terminados.

- (v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento;*

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2014.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Os investimentos em geração, em consonância ao Plano Diretor, integram-se das repotenciações das Usinas do Parque Gerador da Celesc e os novos empreendimentos decorrentes da formação de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs). Nas SPEs a Celesc atua de forma minoritária, realizando apenas o reconhecimento da equivalência patrimonial, alterando assim seu resultado. Portanto, o resultado operacional da empresa será impactado para os anos subsequentes.

De outro modo, o fim do prazo vigente das concessões das Usinas próprias da Celesc Geração poderá afetar também as receitas e o resultado operacional da empresa.

b) natureza e o propósito da operação;

Geração e Comercialização de energia elétrica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem.